

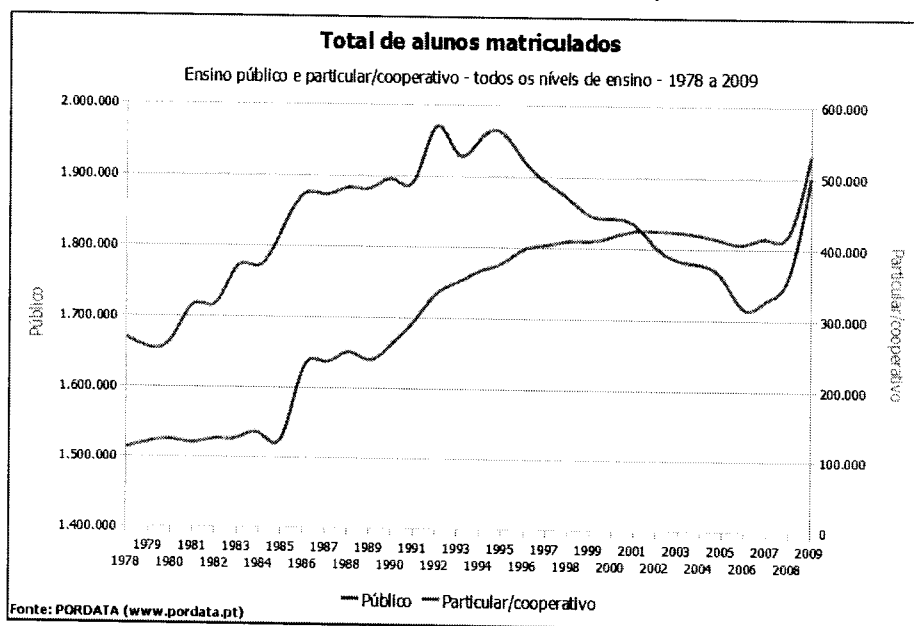
## ***Cheque-Cidadão aplicado à educação***

### **Diagnóstico de partida**

O sistema de ensino público não está, por diversos motivos, a conseguir pôr em prática o princípio da igualdade de oportunidades consagrado na constituição.

Diariamente algumas crianças com enorme potencial, só por terem nascido numa família com menos recursos económicos, enfrentam enormes barreiras à sua progressão académica e social. Estamos, portanto, a desperdiçar anualmente milhares de jovens que poderiam vir a dar um importante contributo para o futuro de Portugal.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos (ver gráfico) um número crescente de famílias têm sido "obrigadas" a matricular os seus filhos em escolas privadas suportando, portanto, dois sistemas de ensino: o público que não utilizam e o privado.



Posto isto, fica claro que o actual sistema está a penalizar, por razões diferentes, uma grande parte das crianças e das famílias portuguesas. Se, para umas, não lhes está a permitir uma justa e desejável progressão social e académica, para outras, o custo dessa progressão é suportado por famílias que pagam, injusta e injustificadamente, dois sistemas de ensino.

### **Descrição das medidas a adoptar**

A minha proposta consiste, essencialmente, numa alteração ao modelo de financiamento do sistema de ensino actual. Em vez deste se dirigir indiscriminadamente às instituições (apresentem elas bons ou maus desempenhos), o modelo de financiamento deve focar-se no essencial, ou seja, nas crianças e nas suas famílias.

Com este financiamento *per capita* cada aluno passa a ter anualmente um Cheque-Cidadão (virtual) que lhe confere o direito de se matricular na escola que desejar, seja esta pública, privada ou cooperativa.

Esta matrícula deverá ser efectuada através de um sistema central de candidaturas electrónicas. Este sistema central elimina qualquer hipótese de, localmente, uma escola proceder a uma selecção informal dos alunos.

No caso das melhores escolas, onde se poderá verificar um excesso de procura, o modelo tem de prever uma forma de ordenar os candidatos por critérios a definir politicamente. Alguns exemplos são o mérito (notas de anos anteriores ou de exames nacionais), a distância à escola ou o simples sorteio aleatório como acontece nos EUA.

## Objectivos a atingir

Esta proposta visa atenuar as assimetrias entre as comunidades escolares, tornando-as mais homogéneas entre si. E, ao mesmo tempo, tornar cada escola mais heterogénea internamente, ou seja, contribuir para que a igualdade de oportunidades prevista na constituição seja, de facto, uma realidade. Estas metas são possíveis de atingir conforme demonstram os resultados da Suécia no PISA 2009<sup>1</sup>, país que adoptou o cheque-ensino em 1992<sup>2</sup>.

Esta proposta pretende ainda corrigir a grave injustiça que é um número crescente de famílias financiarem dois sistemas e utilizarem apenas um. E, ao mesmo tempo, dotá-las da liberdade de escolherem a escola onde desejem que as suas crianças estudem. Para tal, as famílias terão de se informar e envolver mais nas comunidades escolares da sua zona e zonas vizinhas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade civil mais activa, participativa e responsável.

A um nível micro, este modelo de financiamento visa ainda tornar as escolas mais autónomas (envolver as autarquias) e incentivar, naturalmente, uma gestão muito mais eficiente e racional de todo o sistema educativo com poupanças efectivas e mensuráveis. A nível macro, o Orçamento de Estado do Ministério da Educação será muito mais rigoroso pois o Estado define um custo anual por aluno e poderá, com muitos anos de antecedência, traçar cenários evolutivos. O Estado deverá chamar a si apenas o fundamental: regular, aferir e fiscalizar - e se tudo estiver de acordo, financiar.

---

1 PISA 2009 Results: Overcoming Social Background Vol. II. Página 85, Figura II.5.1

2 Wikipédia - Education in Sweden ([http://en.wikipedia.org/wiki/Education\\_in\\_Sweden](http://en.wikipedia.org/wiki/Education_in_Sweden))

Mais genericamente este modelo deve permitir que, em abstracto, a criança da família mais pobre possa estudar na melhor escola do país desde que tenha mérito. Este modelo tenderá a premiar sempre o mérito e a introduzir princípios elementares de ética, justiça e bom senso.

Por último, mas não menos importante, por esta ser uma proposta clara, objectiva e que nasce da sociedade civil, talvez reúna as condições necessárias para se vir a constituir como um poderoso desígnio nacional que una Portugal em prol de um objectivo ambicioso e desejado pela maioria dos portugueses.

### **Avaliação do impacto previsto**

No que respeita a uma análise das vantagens e desvantagens desta proposta, apresento duas listas não exaustivas, organizadas por tópicos, e sem qualquer espécie de ordenação:

Algumas das **vantagens** são:

- Deixa de ser necessário qualquer modelo de avaliação de professores;
- Termina com todas as formas de subsídios (ex: contratos de associação, etc.);
- É uma proposta em prol da liberdade de escolha dos cidadãos e do uso racional do bem comum;
- Não é uma proposta prisioneira das amarras de qualquer ideologia pois não pretende que o sistema de ensino se torne maioritariamente (ou exclusivamente) público, privado ou cooperativo;
- É um contributo efectivo para uma concorrência justa e saudável entre todos os actores do sistema de ensino;

- Quando correctamente explicada, é uma proposta do agrado da esmagadora maioria dos cidadãos;
- Este modelo permitirá aos professores criarem cooperativas e gerirem escolas de forma totalmente autónoma. O mesmo se aplica aos encarregados de educação. Ou, cooperativas mistas e projectos envolvendo o poder local;
- Ao dar mais autonomia às escolas e ligá-las mais à sociedade civil vamos também permitir o aparecimento de escolas de especialidade, ou seja, que complementem a currículo geral com uma especialidade como, por exemplo, artes, desporto, tecnologia, etc. Assim, ao tornar a escola mais apelativa para os alunos tenderemos, a prazo, a estabelecer vínculos mais fortes entre estes e a sua escola e promover o sucesso escolar, diminuindo o abandono;
- Maior satisfação dos encarregados de educação por poderem escolher a escola dos seus filhos.

Algumas das **desvantagens** da proposta são:

- Se a proposta não for bem explicada à população pode ser atacada de forma demagógica dizendo-se que pretende acabar com a escola pública e que quer privatizar o ensino (o que é absolutamente falso); ←
- Os sindicatos irão certamente contestar esta proposta. Neste caso eu sugiro a criação de uma Bolsa Pública de professores para onde migram todos os docentes mantendo as actuais condições contratuais;
- Nos casos de excesso de procura (que se podem verificar nas melhores escolas) a forma de selecção por mérito, distância à escola ou aleatória não é totalmente pacífica e terá de ser negociada entre vários partidos políticos com o objectivo de encontrar uma fórmula que reflecta com equilíbrio e proporcionalidade as diferentes sensibilidades parlamentares;

- Na selecção por mérito, caso se opte por ordenar os candidatos pelas notas em exames nacionais, se forem necessários mais exames isso terá custos adicionais.

### **Sobre o autor e o documento**

Autor: Tiago Santos

Email: tiagosantos@projectos.org

Telefone: 934251565

Título: Cheque-Cidadão aplicado à educação

Data: 3 de Abril de 2011

Versão: 1.0

Nota: Documento elaborado para enviar para a iniciativa «Mais Sociedade» com base em ideias que apresentei em 2008 no fórum electrónico do Diário Económico.